



**GALERIA DOS  
PRESIDENTES**  
DA UNIÃO DE  
ASSOCIAÇÕES DO  
COMÉRCIO E SERVIÇOS  
(1870-2016)

*Daniel Alves e Daniela Major*

Lisboa, UACS, Maio de 2016









# ÍNDICE

## 05 | INTRODUÇÃO

## 07 | 1870 - 1940 DA MONARQUIA CONSTITUCIONAL AO ESTADO NOVO

- 10 | Tomás Antunes Mendonça (1870-72)
- 11 | Carlos Augusto Tibau (1873-80)
- 12 | António Caetano Macieira (1881-85)
- 13 | José Tomás Salgado (1886)
- 14 | Sebastião Correia Saraiva Lima (1887-88)
- 15 | António Joaquim Simões d' Almeida (1889)
- 16 | Luís Diogo da Silva (1890-91)
- 17 | Domingos Luís Coelho da Silva – (1892-93 & 1897-1905)
- 18 | José Pinheiro de Melo (1894-1896)
- 19 | José Cupertino Ribeiro Júnior (1906-11)
- 20 | José de Matos Braancamp (1912)
- 21 | Tomé José de Barros Queirós (1913)
- 22 | Manuel Caetano Alves (1914)
- 23 | Apolinário Pereira (1915-17)
- 24 | Manuel Dias da Costa Lima (1918-24)
- 25 | Bernardo Guimarães (1924)
- 26 | Eduardo Maria Rodrigues (1924-29)
- 27 | Carlos César d' Oliveira Rodrigues (1929-30)
- 28 | António Germano da Fonseca Dias (1930)
- 28 | Silvestre Jacinto Henriques Coelho (1931-32)
- 29 | José Carvalho da Fonseca Júnior (1931-32)
- 30 | António Rodrigues Almeida Santos (1933-35)
- 31 | João Martins Casal (1936-37)
- 31 | Francisco Manuel da Costa (1938-39)

# ÍNDICE (CONT.)

## 32 | 1940-1974 DO ESTADO NOVO À REVOLUÇÃO DOS CRAVOS

35 | Virgílio da Fonseca (1940-59)

36 | Aníbal da Silva David (1960-74)

## 37 | 1974 - 2016 DA REVOLUÇÃO À CONSOLIDAÇÃO DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA

40 | Pedro José Del Negro Feist (1976-79 & 1990-93)

41 | António José Alves Barata (1980-83)

42 | António Ennes de Lage Raposo (1984-87)

43 | José Ferreira de Matos (1988-89 & 1994-2001)

44 | Luis Fernando Godinho Saraiva (2002-04)

45 | Fernando José Diogo Afonso (2005-07)

46 | Vasco Linhares de Lima Álvares de Mello (2008-10)

47 | Carla Cristina Hipólito de Sá Salsinha (2002 & 2011-2016)

## 48 | FONTES & BIBLIOGRAFIA

Ficha Técnica

Edição UACS - União de Associação de Comércio e Serviços

Design e Produção Gráfica Companhia das Cores, Design e Comunicação Empresarial

Tiragem 1000 exemplares

Maio 2016



## INTRODUÇÃO

O sonho de criar uma associação de lojistas em Lisboa começou a ser acautelado ainda na década de 1860, mas a definitiva fundação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa (ACLL) ocorreu no ano de 1870, fruto dos esforços organizativos pioneiros de “perto de trezentos indivíduos” ligados ao comércio de retalho da cidade. Com um início tímido, por vezes reunindo em casa dos elementos dos corpos gerentes, com o passar dos anos a associação foi-se afirmando como a principal e, por vezes, a única voz reivindicativa e de defesa dos interesses deste grupo socioprofissional. Nestes quase 150 anos de vida, a história da actual União de Associações do Comércio e Serviços, herdeira da ACLL, confunde-se com a história da capital portuguesa e com a evolução da sua vida comercial, atravessando vários regimes políticos, crises económicas e períodos de expansão, o crescimento da cidade e a sua modernização, enfrentando os desafios que esta evolução histórica foi trazendo para os milhares de homens e mulheres que desde sempre dedicaram a sua vida e o seu trabalho à actividade comercial.

Apesar de algumas vicissitudes históricas que lhe foram alterando a designação social – de Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, em 1870, passaria a União de Grémios de Lojistas de Lisboa, em 1940, para após a Revolução de Abril, em 1975, mudar para União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, alterando por fim, em 2001, o seu nome para União de Associações do Comércio e Serviços (UACS) – a instituição soube servir o comércio urbano e através dele serviu e continua a servir a cidade, a sua população e os seus visitantes. Soube também preservar uma memória do seu passado e da importância da sua história, o que levou à conservação de um riquíssimo espólio documental que permite uma reconstituição quase integral da sua vida associativa e intervenção pública.

Uma parte substancial desta capacidade de afirmação e resiliência, raras de encontrar no associativismo de cariz profissional em Portugal, deveu-se ao di-

namismo do seu corpo de associados, à diversidade e riqueza das actividades económicas ou ramos de negócio que soube representar e defender ao longo dos anos. Sendo um colectivo, não deixou nunca de valorizar o esforço individual de todos e cada um dos seus sócios, representado, por vezes de forma simbólica, pelos seus corpos gerentes.

Como homenagem a esses milhares e milhares de homens, mulheres e firmas que foram dando vida à UACS e ao comércio de Lisboa, considerou oportuno a actual Direcção desenvolver um projecto de simbólico reconhecimento da dedicação associativa, através de um conjunto de biografias dos Presidentes das direcções, desde a sua fundação até ao tempo presente. Não sendo viável colocar num pequeno livro e num singelo tributo o retrato de todos aqueles que foram contribuindo com o seu tempo e o seu esforço para o desenvolvimento do movimento associativo, a “Galeria dos Presidentes da Direcção da União de Associações do Comércio e Serviços” deve ser entendida como uma forma de honrar a memória dos pioneiros, o empenho dos que lhes seguiram os passos e o trabalho de todos os que continuam a procurar desenvolver e a afirmar cada vez mais o movimento associativo do comércio de Lisboa.

É esse o testemunho que deixamos para o futuro, necessariamente incompleto, pois é certo que o correr das décadas foi apagando do registo histórico e da memória colectiva informações que permitiriam completar e melhorar alguns esboços biográficos aqui fixados. Na falta de perfeição, fica a honestidade da homenagem!

Lisboa, Maio de 2016, A Direcção da UACS



Os últimos trinta anos do século XIX foram ricos em acontecimentos políticos e sociais. A Europa era formada, em grande maioria, por sociedades industrializadas e capitalistas, fruto da Revolução Industrial que transformou profundamente o Continente Europeu. Estas transformações provocaram o aparecimento de novas ideologias, movimentos e grupos sociais. Assistiu-se à afirmação da burguesia, à difusão do proletariado e a novas explosões revolucionárias, como a Comuna de Paris em 1871, inspirada pelos ideais comunistas.

O século XX recebeu a herança destas ideias mas também sofreu as consequências das tensões existentes entre os países Europeus, tanto na Europa como nas colónias. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um dos conflitos bélicos mais mortíferos de sempre, mobilizando elevado número de soldados e afectando a vida de todos os Europeus. Durante a guerra, em 1917, a Revolução Russa acabou com o regime Tzarista, dando origem ao primeiro regime comunista da história. O medo da expansão da revolução e dos seus ideais, a afirmação do militarismo e da violência, o reacender do nacionalismo levaram também à criação de movimentos fascistas que rapidamente se propagaram, levando à instauração de ditaduras.

Portugal acompanhou as tendências políticas e sociais que estavam a ocorrer na Europa pois absorveu as ideias políticas e as tensões sociais existentes noutros países. A Monarquia Constitucional sofreu um desgaste com a sucessão de governos de curta duração e com o crescimento do movimento republicano. À crise política juntava-se uma crise económica provocada pela industrialização tardia e pelo défice da balança comercial. Após uma tentativa falhada de instauração de um regime republicano em 1891 e o assassinato do Rei D. Carlos em 1908, a República foi proclamada a 5 de Outubro de 1910.

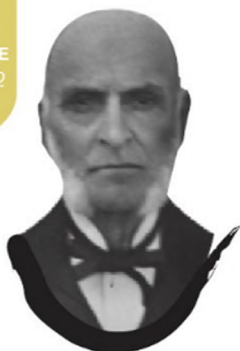
Apesar da mudança de sistema político, a República não conseguiu resolver muitos dos problemas estruturais da sociedade e da economia. A entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial revelou-se uma decisão desastrosa tanto em termos humanos como em termos financeiros. A crise desencadeada por esta participação levou à “República Nova” (1918-1919), um modelo presidencialista que conferia mais poderes ao Presidente da República. Este modelo foi instaurado por Sidónio Pais que tinha alcançado o poder após um golpe de Estado, capitalizando assim o descontentamento geral em relação à República.

Em 1919, Sidónio de Pais é assassinado e a República regressa ao antigo modelo parlamentar, mas entrando numa fase de grande instabilidade política, com conflitos dentro da facção republicana e sendo acossada por monárquicos de um lado e bolcheviques do outro. Esta instabilidade abriu as portas à ditadura militar, em 1926, o que ia em linha com o que se passava noutros países Europeus, como a Itália, a Espanha e a Alemanha onde também se procuravam soluções autoritárias para responder às insuficiências das democracias liberais do Pós-Primeira Guerra. A ditadura militar, por sua vez, vai abrir portas ao governo de Salazar que instaura o Estado Novo a partir de 1933.

É durante este período que se desenvolve a primeira fase da história da actual União de Associações do Comércio e Serviços. Fundada em 1870, com o nome de Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, viveu as vicissitudes da história portuguesa e europeia. Nomeadamente, através dos protestos contra o Ultimato Inglês, com a participação activa da Direcção e muitos sócios na Revolução Republicana, contribuindo para a organização das políticas de racionamento durante a Primeira Guerra Mundial ou ainda, numa fase inicial, opondo-se à ditadura militar. Em 1940, já em pleno Estado Novo, a Associação mudou o seu nome para União dos Grémios de Lojistas de Lisboa.



SERVIU ENTRE  
1870 & 1872



## *Tomás Antunes Mendonça*

Tomás Antunes Mendonça era um merceeiro de Lisboa, com loja na Calçada do Combro, que esteve desde cedo envolvido nas tentativas de associativismo dos lojistas da cidade. Em 1863, tornou-se presidente de uma Comissão de Lojistas, um antepassado daquilo que viria a ser a Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Esta comissão propunha-se a fazer valer os direitos dos lojistas, especialmente contra aquilo que consideravam como regulações demasiado restritivas, tal como a impossibilidade de manter a loja aberta após certas horas ou a excessiva dependência das licenças camarárias. A questão das horas de fecho da loja mobilizou os lojistas e demonstrou a importância do associativismo em prol de uma causa comum. Demonstrou também que esta mobilização era eficaz, pois conseguiram que o governo concordasse que as lojas podiam ficar abertas até depois da hora do recolher.

A ACLL nasceu na continuidade de um braço de ferro entre o governo e os comerciantes de Lisboa que se estendeu entre os anos de 1867-70. Este conflito relacionava-se mais uma vez com a questão das licenças e com a fixação de uma hora de fecho da loja. No fundo, para os lojistas, as licenças eram apenas uma forma do governo exercer um controlo excessivo sobre os comerciantes, o que paralisava o comércio e a sua liberdade de acção. Tal como anteriormente, a questão foi re-



solvida a favor dos lojistas, pois o governo clarificou que apenas determinados estabelecimentos (tais como cafés, casas de jogo, de comer e de beber, etc.) eram obrigados a ter licenças para permanecerem abertos após a hora do recolher. Ao verem as suas reclamações satisfeitas, os lojistas de Lisboa ganharam uma consciência de classe e perceberam que não bastava a convocação de comissões ocasionais para zelar pelos seus interesses.

É assim que no dia 9 de Janeiro de 1870 se dá a reunião fundadora da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. A primeira Direcção foi instalada a 1 de Abril e os estatutos aprovados a 20 de Agosto do mesmo ano. Tomás Antunes Mendonça tornou-se assim o primeiro Presidente da Direcção da ACLL, na sequência das primeiras eleições realizadas a 21 de Fevereiro, mantendo-se no cargo até 1872. Na ACLL participou sempre de forma activa, tendo feito parte ainda de várias comissões, como a Comissão da Contribuição Industrial, em 1874, ou Comissão das Multas, em 1875. Era um indivíduo activo igualmente na política, tendo estado ligado ao Partido Reformista no início da década de 1870.

Em 1915 ainda era sócio da ACLL, com loja de perfumaria na mesma Calçada do Combro.

Morreu em 1920.



## *Carlos Augusto Tibau*

Carlos Augusto Tibau começou por ser guarda-livros e depois, em 1879, sócio de uma das principais lojas comerciais de Lisboa na década de 1870. Negociava em açúcar e café juntamente com outros dois sócios: João Martins do Couto Viana e Luís Manuel Costa, que era o dono original do estabelecimento antes de dar sociedade a estes dois antigos empregados.

Carlos Augusto Tibau foi um dos fundadores da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa, juntamente com Tomás Antunes Mendonça e António Caetano Macieira (primeiro e terceiro presidentes da ACLL respectivamente). Carlos Augusto Tibau ocupou o cargo de Presidente num clima de estabilidade e até de algum declínio do associativismo comercial, provocado pela saída de alguns membros da Associação e morte de outros, após o êxito inicial da sua fundação.

Contudo, foi também no seu termo que se começaram a definir as afiliações políticas da ACLL, que esteve, desde esta altura e até à República, alinhada com os partidos liberais e progressistas da época (primeiro aos partidos monárquicos de esquerda, como o Partido Reformista e o Partido Progressista, e mais tarde ao Partido Republicano Português). Tibau estava inclusivamente ligado ao Partido Reformista e depois ao Progressista, participando com frequência na organização das eleições municipais em Lisboa na época. Esta tendência política da Associação irá manter-se e tornar-se-ia mais acentuada nos últimos anos da Monarquia.

Após ter servido oito anos como Presidente da Direcção da ACLL, Carlos Augusto Tibau manteve-se como um membro activo na vida da associação, ocupando diversos cargos directivos durante a década de 1880.



## *António Caetano Macieira*

António Caetano Macieira foi o sócio número dois da ACLL, tendo sido um dos fundadores da Associação. Era merceeiro com uma loja na rua de São Vicente à Guia (uma antiga rua existente onde hoje é a Praça Martim Moniz).

António Macieira nasceu em Torres Vedras, a 6 de Agosto de 1836, tornando-se Presidente da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa com 45 anos. Veio jovem para Lisboa, onde se dedicou ao comércio, e esteve desde cedo envolvido na vida associativa e política, chegando, inclusivamente, a ser eleito vereador substituto da Câmara de Lisboa, em 1902, embora não chegasse a exercer o cargo. Tal como Carlos Augusto Tibau, pertenceu ao Partido Reformista e ao seu sucessor, o Partido Progressista, fundado em 1876.

Iniciou a sua vida associativa no Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas e esteve envolvido na criação da Empresa de Recreios Lisbonenses.

Até 1890, fez parte de vários órgãos da ACLL, tendo sido membro de várias comissões que se

debruçavam sobre assuntos tão variados como as rendas das lojas, as multas ou mudanças nos estatutos. Em 1890, participou também na recolha dos protestos dos lojistas relativamente ao Ultimato com o objectivo de elaborar um texto que reflectisse a opinião do pequeno comércio lisboeta sobre essa questão. Também em 1890, fez parte de uma comissão organizada por membros do Partido Progressista para receber um ex-ministro, Mariano de Carvalho, que chegava a Lisboa. António Caetano Macieira foi depois encarregado de organizar a recepção ao antigo membro do governo de quem era amigo.

Em 1894, fez também parte de uma comissão relativa aos trabalhos eleitorais, também pelo Partido Progressista.

António Caetano Macieira faleceu a 17 de Junho de 1907. O seu filho, António Caetano Macieira Júnior faria parte da Junta Liberal (juntamente com Miguel Bombarda, Cândido dos Reis, José de Castro, entre outros) e seria Ministro da Justiça entre Novembro de 1911 e Junho de 1912.



## *José Tomás Salgado*

José Tomás Salgado era um comerciante na Rua da Boa Vista que ocupou vários cargos de relevo na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Foi Vogal da Direcção em 1885, Presidente da Direcção em 1886, Vice-Presidente da Assembleia Geral em 1887 e finalmente, Tesoureiro em 1888 e 1889. Tinha 46 anos quando se tornou Presidente da Direcção da ACLL.

Ao contrário dos presidentes anteriores, José Tomás Salgado não foi um dos fundadores da ACLL pois tornou-se sócio apenas em 1884. Diferia igualmente da maioria dos seus colegas da Associação, na medida em que era um indivíduo próximo do Partido Regenerador, um partido mais conservador no tempo da Monarquia, por comparação com o Partido Progressista, por exemplo.

Na sua participação associativa, normalmente intervinha para discutir questões fiscais, questões relacionadas com as alfândegas ou ainda sobre posturas municipais, tendo participado em algumas das lutas da ACLL contra estes regulamentos da Câmara Municipal de Lisboa, no final da década de 1880, numa altura em que os lojistas entendiam que essas iniciativas da CML afectavam os seus interesses económicos.

Apesar das intervenções na ACLL nesta época, após 1890 ter-se-á afastado da vida associativa mais activa, embora se tenha mantido como sócio por mais alguns anos. Desconhece-se a data da sua morte.





## *Sebastião Correia Saraiva Lima*

Sebastião Correia Saraiva Lima nasceu em Águeda, a 28 de Dezembro de 1857. Era filho de António Correia Saraiva Pinheiro e Ana Ermelinda Correia Lima, tia de Magalhães Lima, fundador do jornal *O Século*, um dos mais importantes jornais republicanos portugueses. Veio para Lisboa muito jovem, com apenas 13 anos, para trabalhar na rua da Prata na casa comercial do tio, Inácio Correia Saraiva Sobrinho. Após ter estudado no Instituto Industrial, estabeleceu um armazém de géneros alimentícios no Largo de S. Paulo. Tal como o tio que o tinha acolhido, Sebastião Correia Saraiva Lima tornou-se sócio da ACLL, em 1883, chegando a Presidente da Direcção em 1887. Foi também dirigente da Associação Comercial de Lisboa onde manteve vários cargos directivos até 1893. Esteve ligado a várias iniciativas a favor do comércio da cidade, nomeadamente numa comissão formada no final da década de 1880 para tratar da reforma das pautas aduaneiras.

Sebastião Correia Saraiva Lima teve também uma prolífera actividade política. Tomou parte em protestos e boicotes contra o Ultimato inglês em 1890. Foi também eleito vereador da Câmara de Lisboa em 1889, pelo Partido Republicano do qual era membro, tendo sido novamente eleito em 1891, cargo que ocupou até à morte. Pertenceu à Liga Liberal, um partido que teve uma curta duração no início da década de 1890. Era considerado como um importante e influente membro do Partido Republicano na cidade de Lisboa.

Casou em 1884 com D. Maria da Conceição Fernandes Lima e teve um filho, Victor Correia Saraiva Lima. Faleceu a 11 de Julho de 1893. No seu funeral estiveram presentes várias comissões republicanas, assim como a imprensa republicana que testemunhou o activismo de Sebastião Correia Saraiva Lima no concelho de Lisboa e nas diversas associações em que esteve envolvido.

SERVIU EM  
1889



### *António Joaquim Simões d'Almeida*

António Joaquim Simões d'Almeida nasceu em 1858 e estudou no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Tinha uma ourivesaria na Rua da Prata e aí habitava com a sua família, nos andares superiores do mesmo prédio, algo que era comum entre os lojistas da época.

Para além da Presidência da Direcção da ACLL, António Simões d'Almeida ocupou diversos cargos de relevo, tendo uma vida associativa muito dinâmica. Foi director da Associação Comercial de Lisboa, em 1894, e seu Presidente entre 1897 e 1902. Foi também Presidente da Assembleia-Geral da Associação dos Ourives da Prata Lisbonenses. Foi igualmente Presidente honorário da Associação de Socorros Mútuos dos Empregados no Comércio e Indústria e das associações dos Ourives de Prata e dos Ourives de Artes Anexas. Foi um dos fundadores do Asilo-Oficina de Santo António.

Foi sócio da ACLL apenas entre 1888 e 1892, tendo saído após divergências com outros membros dos corpos directivos, que em 1890 tinham



exigido a sua demissão da presidência da Direcção, por este não se ter oposto à tomada de posição do Governo da época que tinha afastado a vereação eleita da CML.

A sua vida profissional foi pautada pela administração da Companhia de Tabacos de Portugal, presidência do Conselho Fiscal do Banco Burnay e, em 1904, assumiu a direcção do Banco Português e Brasileiro. Escrevia em jornais (tais como o *Jornal do Comércio* e o *Comércio do Porto*) e foi também o autor de um livro intitulado *A Casa da Moeda e a Circulação Monetária*.

Tal como anteriores e futuros presidentes, foi também vereador da Câmara Municipal de Lisboa, em 1889 e 1890, eleito pelo Partido Regenerador e depois nomeado pelo Governo. Foi nomeado Comendador da Ordem de Vitória tendo sido agraciado por Eduardo VII, Rei do Reino Unido, quando este visitou Portugal em 1903.

Morreu a 6 de Agosto de 1934.



### *Luís Diogo da Silva*

Luís Diogo da Silva serviu como Presidente da Direcção da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa entre 1890 e 1891. Este foi um período de transformação da ACLL para o qual contribuiu o aumento do número de sócios e o crescente dinamismo do corpo dirigente. A Associação tornava-se cada vez mais um grupo de pressão e era reconhecida como a representante de todo o pequeno comércio lisboeta. Este reconhecimento ganhou um cariz institucional no termo de Luís Diogo da Silva com a colaboração estabelecida entre a ACLL e o Banco de Portugal no sentido de ultrapassar o impacto que a crise financeira estava a ter nas transacções do pequeno comércio.

Luís Diogo da Silva fazia também parte do corpo dirigente da Associação Industrial e foi tesoureiro



na Sociedade de Geografia. Serviu durante 11 anos como director da Associação Comercial de Lisboa. Foi também Vice-Governador do Banco Nacional Ultramarino. Estava ligado ao Partido Progressista, através do qual participou com regularidade na organização das eleições municipais em Lisboa, pelo menos, desde 1875.

Tornou-se sócio da ACLL em 1889, exercendo a sua actividade comercial na Rua de São Julião. Participou activamente na contestação ao Ultimato inglês de Janeiro de 1890 e na contestação às políticas fiscais depois de 1893 que levaram à dissolução, pelo Governo, das associações Comercial de Lisboa, Industrial Portuguesa e dos Lojistas de Lisboa em 1894.

SERVIU ENTRE  
1892 & 1893  
E DEPOIS ENTRE  
1897 & 1905



## *Domingos Luís Coelho da Silva*

Domingos Luís Coelho da Silva nasceu em Pedrógão Grande, tendo vindo muito novo para Lisboa para trabalhar como marçano numa loja na Calçada do Combro. Passou depois a caixeiro e mais tarde estabeleceu-se na Praça Luís de Camões com um negócio de exportação de vinhos. Foi bastante bem sucedido neste negócio, especialmente com as exportações para o Brasil. Foi também sócio da Associação de Classe Comercial do Beato e Olivais. Fundou em sociedade com Afonso de Pinho um estabelecimento na rua do Ouro chamado *Casa das Novidades*.

Coelho da Silva entrou para sócio da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa muito novo, em 1876, e exerceu o cargo de Presidente da Direcção entre os anos de 1892-1893 e 1897-1905.

Militava no Partido Republicano e este facto aliado aos anos em que serviu como presidente (ao todo, onze) demonstram a crescente importância das ideias republicanas no seio da ACLL. Esta tendência vinha já a verificar-se desde o final da década de 1880. Verificou-se também a entrada de novos sócios que tinham ligações ao Partido Republicano Português. Este, por sua vez, vinha a ganhar cada vez mais protagonismo na vida política portuguesa.

Coelho da Silva fez parte da Câmara Municipal de Lisboa e foi considerado várias vezes para deputado embora nunca se tenha chegado a candidatar. Os seus amigos políticos consideravam-no um democrata convicto e um firme patriota, muito ligado aos movimentos associativos, tanto nas associações de classe como de socorros mútuos.

SERVIU ENTRE  
1894 & 1896



## José Pinheiro de Melo

José Pinheiro de Melo nasceu a 19 de Maio de 1842 na freguesia de S. Lourenço do Bairro em Aveiro, tendo vindo para Lisboa aos 10 anos para trabalhar no negócio de um tio como caixeiro. Pinheiro de Melo teve uma vida política muito activa: inicialmente membro do Partido Progressista, já perto do fim da Monarquia filiou-se no Partido Republicano, chegando mesmo a ser membro do Directório desse partido. Para além das funções que ocupava na ACLL, esteve também ligado a outras associações de cariz social como o Grémio Popular, a Associação de Socorros Mútuos na Inabilidade e o Asilo de S. João. Era membro da maçonaria, ligado ao Grémio Lusitano. Foi ainda Presidente da Assembleia-Geral da Associação Humanitária de S. Paulo e Santa Catarina.

Durante muitos anos teve loja de mercearia e prestamista na Travessa da Queimada, no Bairro Alto. Exerceu o cargo de Secretário da mesa da Assembleia-Geral da ACLL entre 1870 e 1886 e depois a presidência da mesma assembleia entre 1887 e o início da década de 1920. Foi a verdadeira alma organizadora do associativismo dos lojistas de Lisboa nos primeiros 50 anos de existência da Associação.

Pinheiro de Melo era um autodidacta, com interesses que ultrapassavam as questões sociais e económicas. Colaborou em diversas publicações como *Defensor de Trabalho*, *Cronica Enciclopédica*, *Galeria Familiar*, *Portugal Literário e Arquivo Fa-*



*miliar*. Escreveu também vários livros de temática histórica como *Quadro histórico da restauração e independência de Portugal em 1640*, em 1861, *O Papa e a Maçonaria: resposta à alocação de Pio IX proferida no consistório de 26 de Setembro de 1865*, em 1865 e *A revolução de Espanha e a questão ibérica*, em 1868.

Durante o seu termo como Presidente da Direcção participou activamente na luta contra o decreto que dissolveu as associações em 1894. Esta questão aproximou os lojistas do Partido Republicano e terminou com uma vitória para as associações que continuaram a existir como modelo associativo, sendo restauradas em 1897. Pinheiro de Melo empenhava-se também em que a ACLL tomasse posições no que dizia respeito a assuntos mais gerais que afectavam toda a sociedade: as festas dos centenários, protestos contra as perseguições feitas aos jornalistas políticos, o desenvolvimento do ensino do tiro em Portugal, entre outros temas. Pinheiro de Melo conseguiu também que a Associação acolhesse diversas conferências como as de Penha Garcia sobre a Liga da Paz e as de Dias Ferreira sobre a questão religiosa, ambas em 1901.

Em 1909, Pinheiro de Melo fazia parte da comissão executiva da Junta Liberal, uma associação que defendia o fim da influência religiosa na sociedade, juntamente com Miguel Bombarda, António Aurélio da Costa Ferreira, António Macieira, Artur Marinha de Campos, Avelino Lopes Cardoso, Carlos Cândido dos Reis, Egas Moniz, Faustino da Fonseca, José de Castro e Luís Filipe da Mata.

José Pinheiro de Melo era pai de Maria Luiza Pinheiro de Melo e Sousa e de João Pinheiro de Melo. Morreu a 27 de Março de 1929.

SERVIU ENTRE  
1906 & 1911



## *José Cupertino Ribeiro Júnior*



José Cupertino Ribeiro nasceu em 1848, em Pataios, concelho de Alcobaça e morreu em finais de 1921 ou início de 1922, como parecem apontar os votos de sentimento enviados à viúva pelas Câmaras dos Deputados e Senadores da República.

A vida comercial iniciou-a muito novo, pelos 11 anos de idade, como marçano, como era frequente na época. Em 1886, porém, abre o seu próprio negócio e o sucesso levaria a que se tornasse num industrial e comerciante influente em Lisboa, fundador da firma Cupertino Ribeiro & C<sup>o</sup> e de outras várias indústrias, entre elas, uma importante fábrica de estampania e tinturaria em Rio de Mouro, concelho de Sintra. É com a designação da firma que entra como sócio da ACLL em 1889, não mais a abandonando até ao fim da vida. Exerceu vários cargos directivos e era Presidente da Direcção quando se deu a Revolução do 5 de Outubro que implantou a República em 1910.

Cupertino Ribeiro foi um membro muito activo do Partido Republicano, ao qual pertencia desde a sua juventude, tendo sido eleito para o Directório do Partido em 1902, cargo que exerceu até 1911. Em 1903, integrou a comissão que pretendia levar a cabo uma reorganização do Partido Republicano em conjunto com Celestino de Almeida, José Jacinto Nunes, Sebastião Magalhães

Lima, Joaquim Ferreira Pacheco e José Oliveira Miguens. Participou também na Revolução de 5 de Outubro, tendo financiado a imprensa republicana no período final da Monarquia. A sua participação política no novo regime é confirmada com a eleição para a Assembleia Constituinte de 1911, pelo círculo de Alcobaça. No novo regime, teve uma participação política muito activa até 1914, tendo feito parte da Comissão Administrativa e sendo ainda presidente da Comissão de Obras Públicas no parlamento republicano. Fez ainda parte do Senado da República, onde foi bastante assíduo às sessões e onde interveio com bastante frequência. Falava normalmente sobre assuntos financeiros, por regra, relacionados com a defesa do comércio, o que por vezes fazia de forma veemente recorrendo a interpelações a membros do Governo ou a discursos inflamados de exaltação da mais-valia social do comércio. Não se coibia, porém, de intervir sobre assuntos vários, como caminhos-de-ferro, questões orçamentais, pautas alfandegárias, desenvolvimento das colónias, entre outros. O facto de continuar a exercer funções nos órgãos sociais da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa tornava-o um interlocutor privilegiado para os pedidos e reclamações dos indivíduos ligados ao pequeno comércio junto do poder político, papel a que se prestou por diversas vezes, apresentando petições rubricadas pela ACLL.

SERVIU EM  
1912



## *José de Matos Braancamp*

Nasceu em Évora em 1868. Estudou no colégio de Campolide e cursou matemática na Universidade de Coimbra em 1890. Continuou os seus estudos no estrangeiro, formando-se em Artes e Manufacturas na Universidade de Gand na Bélgica. Frequentou também a Escola Agrícola em Montpellier em França.

Matos Braancamp foi engenheiro do Conselho do Frio. Fez incursões na carreira diplomática, nomeadamente como Secretário da Embaixada de Portugal em Londres e delegado do governo português no Conselho do Instituto Internacional do Frio em Paris (1908-1927). Divulgou a técnica da refrigeração frigorífica em Portugal, tendo sido o responsável pela instalação das primeiras câmaras frigoríficas comerciais.

Braancamp dedicou-se também ao ensino e pedagogia. Em Évora criou um curso industrial e um

laboratório de física. Participou em vários Congressos pedagógicos e foi também funcionário da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio. Foi também Matos Braancamp que introduziu o manuseamento de plasticina nas escolas portuguesas. Foi autor de vários livros ligados aos mais diversos temas: *Particularismo e Educação, a produção, o trabalho, o problema social em geral nas suas reciprocas dependências e particularmente em Portugal, Instituto Internacional do Frio: relato da missão* e um *Mapa dos transportes em comum*.

Em 1900 foi eleito deputado pelo círculo de Loures e Mafra pelo Partido Progressista.

Entrou para a ACLL em 1908 e tinha uma fábrica de gelo na Rua dos Douradores. Tinha uma loja ou escritório na Rua do Ouro.

Faleceu em Lisboa a 10 de Abril de 1953.

SERVIU EM  
1913



## Tomé José de Barros Queirós

Tomé José de Barros Queirós nasceu em Ílhavo, no Distrito de Aveiro, a 2 de Fevereiro de 1872. Os seus pais eram António José de Barros e Matilde de Conceição Queirós de Barros. Vinha de uma família de lavradores e foi para Lisboa muito jovem, com apenas 8 anos, para trabalhar no comércio. Depois, já a partir da década de 1890, estudou na Escola Elementar de Comércio. Nesta época era ainda caixeiro na Casa José de Oliveira da qual se tornaria proprietário em 1911. Entrou para a ACLL já depois de 1894, provavelmente como sócio da firma José Oliveira & Barros que tinha uma loja de candeeiros no Largo de São Domingos.

Barros Queirós foi o responsável pela criação da Associação de Caixeiros Nocturnos. Foi neste período que se dedicou igualmente ao jornalismo, chegando a fundar um jornal, a *Voz do Caixeiro* e colaborando n' *O Caixeiro*.

Teve uma participação muito activa na vida empresarial pois foi também membro da direcção das companhias Mutualidade Portuguesa e dos Caminhos-de-Ferro Portugueses (de que foi Vogal, vice-presidente e presidente), entre outras.

Barros Queirós teve uma actividade política muito rica. Foi um importante membro do Ministério das Finanças entre 1908 e 1911. Foi presidente



do Conselho Disciplinar e da Comissão de Reforma Aduaneira e Serviços Fiscais e, por fim, director-geral da Fazenda Pública, e como tal, autor de uma importante reforma tributária em 1911. Foi também em 1913 que se tornou Presidente da Direcção da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Já por esta altura, era um dirigente de renome do Partido Republicano do qual era membro desde 1888. Era também membro da Maçonaria.

Barros Queirós desempenhou ainda funções na administração local, como Presidente da Junta de Freguesia de Santa Justa. Contudo, a sua importância sagra-se ao nível nacional. Em 1915, torna-se Ministro das Finanças, cargo que exerce até Junho do ano seguinte. Em 1921, volta ao Governo tomando a própria chefia do executivo, ocupando-o entre Maio e Agosto. Durante o seu mandato tentou recorrer ao crédito externo mas acabou por não o conseguir o que descreditou o Governo, levando à sua queda.

Tomé José de Barros Queirós foi sempre uma figura política muito importante especialmente no período da República. Foi eleito deputado nos anos de 1911-1915 e 1922-1924. Foi também Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Depois da divisão do Partido Republicano Português, Barros Queirós alinhou, numa primeira fase, com o Partido Unionista, depois com o Partido Liberal e, por fim, com o Partido Nacionalista.

Faleceu a 5 de Maio de 1925.

SERVIU EM  
1914



## *Manuel Caetano Alves*

Manuel Caetano Alves tinha um armazém de venda de bacalhau na Rua dos Bacalhoeiros. Sócio da ACLL entre 1892 e 1894, regressou novamente à vida associativa a partir de 1904.

Manuel Caetano Alves era um republicano activo e foi candidato pelo Partido Republicano Português às eleições municipais de 1908, como vereador substituto, tendo chegado a exercer o cargo, naquela que foi a primeira vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa. Na altura era apontado como comerciante e um dos influentes

eleitorais do Partido Republicano na freguesia da Sé. Em 1913 foi presidente da Assembleia Eleitoral da Pena nas eleições municipais. Pertencendo ao quadros do Partido foi Vogal da Comissão Municipal Republicana de Lisboa e membro da Comissão Paroquial Republicana de Santa Justa.

Não foi possível apurar mais dados biográficos sobre este lojista que exerceu o seu mandato como Presidente da Direcção da ACLL apenas em 1914, ano em que na Europa começava a Primeira Guerra Mundial.

SERVIU ENTRE  
1915 & 1917



## *Apolinário Pereira*

Apolinário Pereira entrou como sócio da ACLL em 1902 com uma loja de modas na Rua da Vitória.

Foi um comerciante lisboeta que serviu como Presidente da Direcção da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa entre os anos de 1915 e 1917 após ter sido seu Vice-Presidente em 1912. Foi membro da Comissão de Abastecimento que estava encarregue de definir os abastecimentos à cidade de Lisboa durante a Primeira Guerra Mundial. Foi também membro da Associação Comercial de Lisboa. Continuou ligado à ACLL depois de deixar a Direcção. Foi Presidente do Conselho Fiscal em 1921 e Vice-Presidente da Assembleia Geral em 1922. Em 1924, foi representante oficial da associação no Conselho Superior das Finanças.



Como membro da ACLL teve um papel importante na defesa de Heitor Ferreira, lojista acusado de venda ilegal de armas a um dos regicidas em 1908. Apolinário Pereira e outros sócios, como Cupertino Ribeiro e Alfredo Leal, argumentaram em vários discursos que as autoridades excederam os seus poderes ao apreenderem a escrita comercial de Heitor Ferreira, o que só podia ser feito após permissão dada por um juiz e na presença do comerciante.

Apolinário Pereira fez também várias incursões na administração camarária. Em 1913, foi membro da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e de entre 1914 e 1917 foi vereador na mesma pelo Partido Democrático.

Morreu em Lisboa no ano de 1927.

SERVIU ENTRE  
1918 & 1924



## *Manuel Dias da Costa Lima*

Foi sócio da Associação entre 1886 e 1894 e voltou a ser sócio a partir de 1911. Era comerciante na rua dos Correiros.

Fez parte de uma Comissão da Direcção Geral das Alfândegas dedicada a inventariar e avaliar as mercadorias descarregadas dos navios que pertenceram aos alemães durante a Primeira Guerra Mundial e que ficaram sob a alçada portuguesa após a derrota alemã.

Em 1924, foi representante oficial da ACLL ao Conselho do Comércio Exterior de Portugal, ao Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, à Co-

missão de Importação de Mercadorias Inglesas e ao Tribunal Superior do Contencioso das Contribuições e Impostos.

Foi ainda representante oficial da Associação na Comissão Encarregada do Estudo das Pautas Aduaneiras em 1925 e na Comissão do Serviço Técnico Aduaneiro no mesmo ano.

Foi candidato a vereador na Câmara Municipal de Lisboa em 1913 numa "Lista Neutra", ou seja, supostamente numa lista não ligada aos partidos, sendo na altura apresentado como negociante.

Morreu em 1930.

SERVIU EM  
1924



## *Bernardo Guimarães*

Entrou para sócio em 1901 com uma loja de venda de géneros alimentares na Travessa de S. Domingos. Alguns anos depois, em 1914, aparece como dono de uma mercearia na Rua dos Fanqueiros. No ano seguinte, encontramo-lo já como proprietário de um armazém de mercearias na Rua da Prata.

Foi um dos nomes propostos pela Associação para a eleição a Senador da República no ano de 1918, não tendo chegado a ser eleito. Contudo, a Associação fez-se representar por outro associado, João José da Costa.

Esteve presente numa comissão organizada para discutir a questão das subsistências em 1922. Em 1924 foi um dos representantes da ACLL junto da recém criada União dos Interesses Económicos. Durante o seu mandato como Presidente da Direcção foram discutidos com as autoridades

municipais e governamentais assuntos de interesse geral para o comércio de Lisboa, nomeadamente, relativos à venda de tabacos, de bebidas alcoólicas ou à cobrança do imposto de selo, conseguindo a Direcção vantagens para os sócios e restantes lojistas da cidade. Esta Direcção, como era usual com as restantes, organizou na sede da Associação ao longo de 1924 um conjunto de conferências de vários especialistas sobre temas ligados ao comércio internacional, aos seguros e à finança ou ainda às actividades económicas nas colónias.

Bernardo Guimarães continuou depois ligado à ACLL, tendo sido Presidente da Assembleia Geral em 1925-1926.

Já no Estado Novo foi director do Grémio dos Importadores Armazenistas de Mercearia e do Sindicato Nacional de Caixeiros.





## *Eduardo Maria Rodrigues*

Foi Vice-Presidente da Direcção da ACLL de 1920 a 1924, tornando-se Presidente nesse mesmo ano, cargo que exerceu até 1929.

Eduardo Maria Rodrigues foi membro da Junta Central da União de Interesses Económicos (UIE). Esta foi criada em 1924 na sequência de um boicote ao pagamento do imposto de selo nas bebidas. À UIE juntaram-se as associações comerciais do Porto e Lisboa. A UIE tinha como objectivo proteger os comerciantes e o patronato contra aquilo que eles consideravam ser as ingerências do governo na vida e regras do comércio e indústria.

Quando em 1921 ardeu em Lisboa o Teatro Ginásio, Eduardo Maria Rodrigues, juntamente com outros dois sócios fundou a "Sociedade Dramática do Teatro do Ginásio de Lisboa" com o fim de financiar a recuperação e gestão do novo espaço. É provável que estivesse ligado ao mundo financeiro e da banca.

Foi representante oficial da ACLL ao Conselho do Comércio Exterior de Portugal, organismo dependente do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1925 e novamente em 1929. Neste ano foi ainda membro do Conselho Superior do Comércio e Indústria. Foi também representante da Associação no Tribunal dos Desastres no Trabalho e no Tribunal do Contencioso Fiscal, em 1925 e 1929. Era nesta altura um dos sócios e dirigentes mais activos da ACLL tendo, por exemplo, proposto 40 novos sócios apenas no ano de 1925.

Em 1931 foi nomeado Vogal da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Cascais, representando Carcavelos, onde hoje em dia existe uma rua com o seu nome. Em 1935 era ainda Vogal da mesma comissão, tendo o Pelouro da Higiene. No âmbito das suas funções camarárias, foi presidente da comissão organizadora de uma exposição de floricultura realizada no Palácio dos Condes da Guarda, em Cascais, em 1933.



## *Carlos César d'Oliveira Rodrigues*

Nasceu em Lisboa em Novembro de 1891, filho de Eduardo Artur Rodrigues e de Júlia Augusta de Oliveira Rodrigues, tendo residido sempre na cidade. Era comerciante no ramo de oculista, com loja na Rua da Prata, negócio que pertencia ao seu sogro e onde chegou a trabalhar também o seu filho. No início da década de 1930 ocupou vários cargos directivos na Associação dos Lojistas.

Em Abril de 1929, tomou o cargo de Presidente da Direcção da ACLL depois da demissão apresentada pelo anterior presidente, Eduardo Maria Rodrigues. Carlos Rodrigues era na altura Vice-Presidente da Direcção.

Em 1930 foi representante da ACLL no Tribunal do Contencioso Fiscal. Em Julho desse ano pediu uma licença de 90 dias do cargo de Presidente da Direcção, sem indicar o motivo da escusa, não voltando a ocupar a presidência.

Em Outubro de 1937 foi preso na cadeia do Aljube por ordem da PIDE, onde esteve por dois meses, até 22 de Dezembro. Em Maio de 1938 voltaria a ser preso, tendo passado por Caxias e só sendo libertado em Maio de 1940. O processo em que esteve envolvido estava relacionado com uma acusação de espionagem militar, mas aparentemente não terá passado de um mero negócio de aquisição de aviões para o Ministério da Marinha, no qual o comerciante estava a servir de intermediário. Apesar de ter estado preso mais de dois anos, para “averiguações”, sem nunca ter tido possibilidade de se defender, o processo acabaria por ser arquivado.

SERVIU EM  
1930



*António Germano  
da Fonseca Dias*

Foi candidato a Vereador efectivo da Câmara Municipal de Lisboa na lista do Partido Republicano Português em 1913, sendo indicado como industrial e tendo exercido o seu mandato entre 1914 e 1917. Em 1922 voltou a ser candidato, sendo então referido como comerciante e antigo vereador. Neste ano foi eleito pelo Partido Democrático e tomou posse em 1923. Foi também nomeado em 1926 para uma Comissão que pretendia administrar a Associação de Socorros Mútuos (chamado Montepio Nacional).

Fra vice-Presidente da Associação em 1930 quando substituiu, em Julho, o anterior presidente, Carlos Rodrigues, após este ter pedido escusa do cargo. Em 1931-1932 tornou-se Presidente da Assembleia Geral. Foi representar oficialmente a Associação dos Lojistas em 1930 no Conselho Superior do Comércio e Indústria e na Comissão Distrital de Estatística.

Infelizmente não se conhecem mais dados pessoais ou profissionais sobre este Presidente da Direcção.

SERVIU ENTRE  
1931 & 1932



*Silvestre Jacinto  
Henriques Coelho*

Membro efectivo da Secção Comercial da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa em 1930, ocupou o cargo de Presidente da Direcção entre 1931 e 1932.

Nesta altura a Associação vivia dias agitados, com uma parte dos sócios a pretenderem que a ACLL mantivesse o seu tradicional comprometimento com os ideais republicanos, que vinham já da década de 1890. Outros, porém, consideravam que a Associação deveria afastar-se da política partidária, mas dar o seu apoio ao novo regime que estava a surgir e que se consolidou em 1933, com a aprovação da Constituição do Estado Novo. A sucessão rápida de presidentes da Direcção nestes anos, de que Silvestre Coelho é apenas um exemplo, é prova dessa divisão política dentro da ACLL.

Pouco sabemos sobre a vida, a actividade económica ou política de Silvestre Coelho, sendo apenas conhecida a data da sua morte, através do Boletim associativo. Morreu em 1936.



## *José Carvalho da Fonseca Júnior*

José Carvalho da Fonseca Júnior foi um farmacêutico e industrial que durante a década de 1920 colaborou na criação dos Laboratórios de Biologia e Quimioterapia, fundados em Lisboa pelo Dr. Seixas Palma. Estes laboratórios terão sido pioneiros na introdução em Portugal dos tratamentos de opoterapia (produção de medicamentos a partir de extractos de tecidos e órgãos animais)

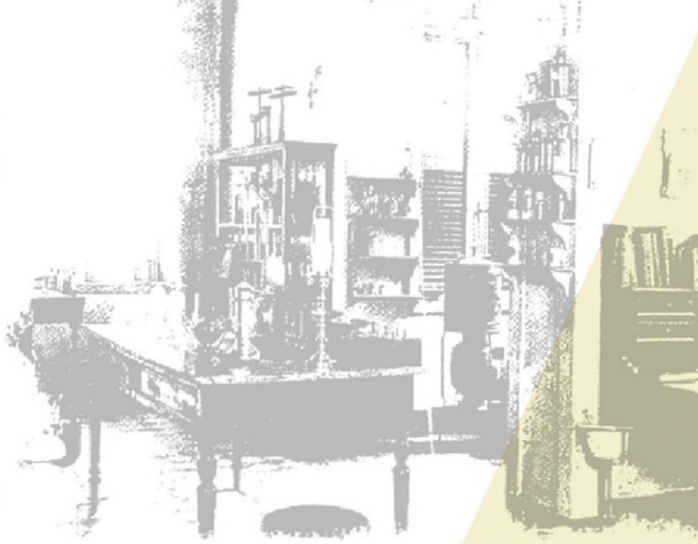
Nas eleições à vereação da Câmara Municipal de Lisboa de 1925 concorreu nas listas apresentadas pela União dos Interesses Económicos, uma instituição constituída pelas Associações Comercial de Lisboa e do Porto, Associação Industrial Portuguesa e Associação Central da Agricultura Portuguesa. Esta era uma instituição conservadora, que procurava intervir na política, mas

afastando-se dos partidos tradicionais. Nessas eleições a UIE teve um resultado fraco e por isso José Carvalho da Fonseca Júnior não chegou a ser eleito. Era na altura apontado apenas como comerciante.

Na Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, foi 2º Secretário da Direcção em 1925-1926, Presidente do Conselho Fiscal em 1930, Vice-Presidente e Presidente da Direcção em 1931. Volta a ser membro do Conselho Fiscal em 1938. Foi também Vogal da Associação Comercial de Lisboa em 1926.

Em 1958 recebeu a condecoração de Comendador da Classe do Mérito Industrial.

Terá falecido em 1965.





## *António Rodrigues Almeida Santos*

António Rodrigues Almeida Santos serviu como 1º Secretário da Direcção em 1931 e 1932, chegando a Presidente da Direcção da Associação dos Lojistas de Lisboa em 1933, cargo que exerceu por dois anos.

Foi Vereador do Pelouro de Engenharia e Arquitectura na Câmara de Lisboa.

Pelo menos entre 1919 e 1922 foi dirigente do Centro Escolar Democrático de Alcântara Dr. Bernardino Machado, instituição fundada em 1906. Sabemos também que desde muito jovem que estava ligado ao movimento associativo republicano, estando politicamente próximo de Bernardino Machado com quem se correspondia com alguma regularidade.

Foi secretário da Comissão Paroquial Republicana de Alcântara, em Lisboa, e fez parte de várias Juntas de Freguesia e da Junta Geral de Distrito também durante a República. Foi candidato a vereador efectivo à Câmara Municipal de Lisboa em 1925, pelo Partido Republicano Português, sendo indicado como funcionário público e antigo vereador.

Em 1927 chegou a estar afastado de Lisboa para evitar ser preso, aparentemente por se opor à Ditadura Militar. Tinha nessa altura uma filha.

Em 1935 era Director de Serviços na Direcção Geral de Contabilidade Pública, no Ministério do Interior.

SERVIU ENTRE  
1936 & 1937



### *João Martins Casal*

Ocupou vários cargos na Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa. Foi 1º Secretário da Direcção em 1929 e 1º Secretário da Assembleia Geral em 1931. Em 1930, foi representante oficial da Associação à Caixa Económica Postal, ao Tribunal do Contencioso Fiscal da 1ª Instância, ao Conselho Superior do Comércio e Indústria, à Comissão Permanente do Estudo das Questões relativas à pesca do Bacalhau, e à Comissão de Revisão e Estudo da Legislação em Vigor sobre o Horário do Trabalho.

Em 1922 foi candidato a vereador substituto da Câmara Municipal de Lisboa pelo Partido Republicano Português e na altura era identificado como industrial. Terá exercido o mandato, pois em 1925 aparece novamente como candidato às eleições, desta feita para vereador efectivo, com a referência de que era um comerciante e antigo vereador.

Tornou-se vice-Presidente da Direcção da ACLL em 1932, tendo exercido a presidência nos anos de 1936 e 1937. Em 1937 pertenceu ainda à Comissão Instaladora do Grémio de Baús, Malas e Artigos de Viagem, na preparação da futura instalação da União dos Grémios de Lojistas de Lisboa, nome que a ACLL adoptou a partir de 1940.

SERVIU ENTRE  
1938 & 1939



### *Francisco Manuel da Costa*

Este é outro dos presidentes da Direcção de que se conhecem poucos dados biográficos. Sabemos que foi um dos principais impulsionadores da transformação da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa em União dos Grémios, ou seja da adesão da Associação à organização corporativa criada pelo Estado Novo.

Antes de exercer o cargo de Presidente da Direcção, foi seu Vice-Presidente no mandato de 1937 para 1938. Já antes, em 1936, tinha sido 1º Secretário.

Escrevia com regularidade no *O Comércio Português*, título do jornal mensal que à época era publicado pela Associação e distribuído gratuitamente pelos sócios. Este periódico veio substituir o anterior Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, que tinha sido criado ainda em 1888. Nos artigos publicados era frequente Francisco Manuel da Costa fazer a apologia da organização corporativa do Estado Novo.



Em 1940 já Hitler e a Alemanha nazi tinham invadido a Áustria, a Checoslováquia e a Polónia. A Segunda Guerra Mundial tinha começado no ano anterior, sendo dominada no início pelo exército alemão, com a ocupação de vários outros países: a França, a Bélgica e a Holanda. Foi só a partir de 1942, com batalhas perdidas pelos alemães em território soviético, que os aliados, compostos pela Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e União Soviética, começaram a ganhar terreno às potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). A guerra na Europa acabou com a invasão da Alemanha: do Oeste, atacaram os americanos e britânicos, e do Este, o exército vermelho. Berlim capitulou em Maio de 1945, após o suicídio de Hitler. A guerra acabaria definitivamente após a capitulação do Japão, na sequência das bombas atómicas em Hiroshima e Nagasaki.

A Europa que emerge da Segunda Guerra Mundial é altamente frágil. Descubrem-se os horrores do Holocausto, os altos dirigentes nazis são julgados e condenados por crimes contra a humanidade. É criada a NATO, em 1949, liderada pelos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a União Soviética cimenta o seu poder na Europa de Leste. Esta separação e a construção do muro de Berlim vão estabelecer a configuração das duas Europas, uma ligada ao comunismo, outra ligada às democracias ocidentais. De resto, nos países ocidentais observa-se um período de expansão tanto económico como demográfico que só irá acabar com a crise do petróleo no começo dos anos 70.

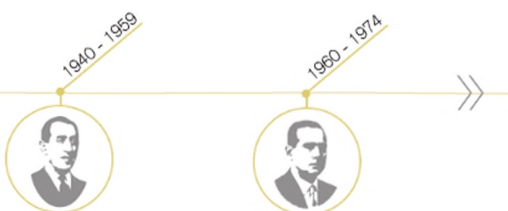
Portugal não participou activamente na Segunda Guerra Mundial, tendo conseguido manter uma neutralidade muitas vezes precária, através de várias concessões feitas tanto às potências aliadas como às do eixo. Contudo, o país sofreu as consequências da guerra, como os racionamentos e a escassez de vários produtos. O país foi também o ponto de passagem de muitos dos refugiados judeus que pretendiam fugir da Europa.

Apesar da Segunda Guerra Mundial ter acabado com o nazismo e o fascismo italiano, o Estado Novo consegue manter-se e até adaptar-se à nova realidade da política internacional. Portugal adere à NATO, colocando-se assim do lado das potências ocidentais contra a União Soviética e outros países socialistas. Contudo, o começo da Guerra Colonial em 1961 vai denunciar as fraquezas do regime. Esta vai desgastar o regime, tornando-se evidente que um império colonial já não era comportável ou aceitável. Além disso, a guerra vai agravar o panorama económico e social. A resistência ao regime também aumentou, contando com a participação dos

exilados políticos, dos partidos clandestinos, dos estudantes e da Igreja Católica.

A morte de Salazar em 1970 e o Governo de Marcelo Caetano não vão mudar a natureza repressiva do regime, nem terminar a Guerra Colonial. Esta continuidade vai dar ainda mais ânimo ao descontentamento. Este atinge o seu auge a 25 de Abril de 1974. O regime cai em Lisboa pela acção do Movimento das Forças Armadas.

O associativismo do comércio de Lisboa viveu neste período um tempo de relativa estabilidade. Entre 1933 e 1940, a antiga Associação Comercial de Lojistas de Lisboa transforma-se paulatinamente numa entidade enquadrada pelo corporativismo do Estado Novo, mudando em 1940 a sua designação oficial para União de Grêmios de Lojistas de Lisboa. Salazar e o Governo procuraram desenvolver um conjunto de legislação para beneficiar a classe dos lojistas, nomeadamente, nas rendas e nas licenças comerciais. A estabilidade da vida associativa ficou visível em menos direcções e em presidentes que exercem o cargo por longos anos, mas também na aquisição de uma sede própria, em 1968, o edifício da Rua Castilho, onde ainda hoje se encontra a UACS.



SERVIU ENTRE  
1940 & 1959



## Virgílio da Fonseca

Nasceu a 11 de Maio de 1893 em Lisboa. Fez o curso comercial e começou a trabalhar nos negócios da família, todos ligados ao comércio. Em 1942, tornou-se Vereador da Câmara Municipal de Lisboa.

Teve uma intensa vida política e associativa. Assitiu à transformação da Associação Comercial dos Lojistas de Lisboa em União de Grémios de Lojistas de Lisboa. Assim, ocupou vários cargos dentro da ACLL/UGLL, como os de Presidente da Comissão Directiva da ACLL, Presidente do Conselho Geral e Presidente da Assembleia Geral da ACLL.

Já na qualidade de Presidente da Direcção da União de Grémios participou, em 1946, na I Conferência da União Nacional e, em 1949, participou no Conselho Internacional do Patronato.

Em 1960, passou a ocupar o cargo de Presidente do Conselho Geral da União dos Grémios. Neste cargo, criou a Assembleia dos Empregados no Comércio e Indústria, a Caixa de Previdência dos Comerciantes e a Caixa de Reformas dos Comerciantes. Foi também vogal do Tribunal Técnico Aduaneiro, Presidente da Assembleia Geral da Associação dos Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio e Indústria. Também como Presidente do Conselho Geral da União dos Grémios de Lojistas participou em conferências e

colóquios como o I Congresso de Estudos Turísticos e o Colóquio Nacional do Comércio.

Virgílio da Fonseca foi presidente da Associação de Futebol de Lisboa e também director da Federação Portuguesa de Futebol.

Publicou um livro, intitulado *Cem Anos de Mutualismo*.

Foi agraciado com a Comenda da Ordem Militar de Cristo, com a Comenda de Mérito Comercial de França e com a Comenda da Ordem de Vasa da Suécia.

Como Presidente da Direcção da União de Grémios de Lojistas de Lisboa, integrou a Câmara Corporativa durante vários anos. Na II legislatura, entre 1940 a 1942, na IV e V legislaturas, de 1945 a 1953, fazendo parte então da secção das actividades comerciais não diferenciadas. Integrou ainda as legislaturas de 1960 a 1965, representando as entidades patronais na subsecção do Comércio Retalhista diferenciado. Nesta última legislatura foi também membro da Comissão de Verificação de Poderes.

Nas suas intervenções na Câmara Corporativa, entre outros assuntos, chegou a pedir um reforço dos poderes e uma maior intervenção política para esta Câmara.





### *Aníbal da Silva David*

Aníbal da Silva David nasceu a 6 de Maio de 1900 em Odemira. Estudou cenografia no Conservatório Nacional. Aníbal David tornou-se gerente comercial, embora se tenha destacado também no âmbito da política. Foi vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e vice-Presidente da Corporação do Comércio. Como Presidente da Direcção da União de Grémios dos Lojistas de Lisboa integrou a Câmara Corporativa em representação das entidades patronais. Aníbal David foi também deputado, servindo em duas legislaturas, de 1969 a 1973 e de 1973 a 1974. Neste cargo, integrou a secção do comércio, nomeadamente a subsecção que dizia respeito ao comércio retalhista diferenciado.



Em nome da União dos Grémios de Lojistas fez também parte das comemorações da Tomada de Lisboa aos Mouros, em 1947, como membro de um júri que atribuiu o Prémio União de Grémios de Lojistas de Lisboa.

Aníbal da Silva David participou na delegação portuguesa às Conferências Internacionais de Trabalho em 1954.



Os anos 70 assistiram à resolução de vários conflitos e ao começo de tantos outros. Acabou a guerra do Vietname mas começaram as várias guerras civis nas ex-colónias portuguesas. Ao mesmo tempo, houve também uma lenta reaproximação entre a República Federal da Alemanha e a República Democrática da Alemanha, protagonizada por políticos do SPD (Partido Social Democrata alemão) como Willy Brandt. De resto, a Europa ocidental já estava envolvida num longo processo de integração económica que tinha começado em 1957 em Roma com a criação da Comunidade Económica Europeia.

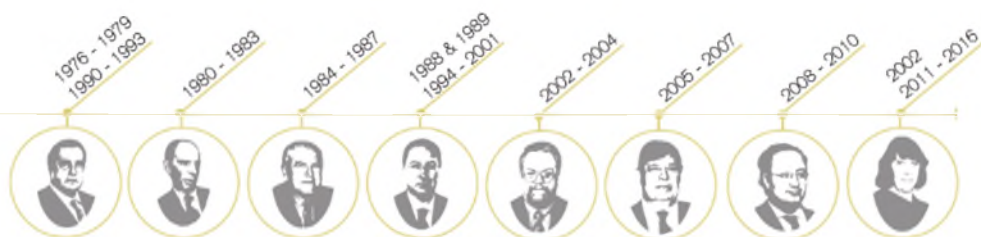
A unificação europeia vai ganhar ainda mais ânimo em Novembro de 1989 com a queda do muro de Berlim. Os regimes socialistas europeus caem, dando lugar a democracias com sistemas capitalistas. A União Soviética é também dissolvida dando origem à Federação Russa. A Alemanha reunifica-se em 1990. Dois anos mais tarde, em 1992, é assinado o Tratado de Maastricht que cria oficialmente a União Europeia, uma união baseada na livre circulação de pessoas, bens e serviços. Neste tratado é também prevista a criação de uma moeda única, o Euro. Desde então mais países têm aderido à União Europeia, um projecto político que se tem vindo a complexificar ao longo dos anos, com a criação de diversos órgãos de decisão política, económica e legal como o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Tribunal Europeu.

Após o 25 de Abril de 1974, Portugal sofreu um período de instabilidade – o chamado Processo Revolucionário em Curso – que se prolongou até finais de 1975. Em 1976, foi aprovada uma nova Constituição que definiu e consagrou os princípios do estado democrático. Além disso, o país teve uma adaptação rápida à democracia e sobretudo à nova ordem Europeia da qual passou a fazer parte, a 12 de Junho de 1985, com a adesão à CEE. Esta adesão trouxe várias vantagens para o país, especialmente com a entrada dos fundos comunitários que ajudaram a desenvolver a economia, os transportes e as comunicações. Abriram-se também as portas ao Mercado Europeu. Em 1992, Portugal assinou também o tratado de Maastricht, passando a integrar a União Europeia e a moeda única que entrou em vigor em 2002.

Foi precisamente neste caminho que se verificaram alguns percalços. De 1977 a 2011, Portugal foi obrigado a pedir a ajuda do Fundo Monetário Internacional por três vezes para resolver as diversas crises financeiras. Em termos locais, Lisboa sofreu também com o incêndio no Chiado em

1988, por exemplo, que destruiu algumas das mais emblemáticas lojas da Baixa como, por exemplo, os armazéns Grandela. Nas últimas décadas a cidade tem ainda sofrido uma quebra populacional e o envelhecimento da população residente. Apesar disso, a capital revitalizou-se, tornando-se um centro de referência no país, tanto ao nível cultural, como turístico e económico.

A passagem da Ditadura para a Democracia foi um período agitado também para a União dos Grémios, que em Julho de 1974 viu a sua sede ocupada por um grupo autodenominado “Movimento dos Pequenos e Médios Comerciantes Industriais”. Forçados a reunir em casas particulares, os corpos gerentes encetaram contactos com várias entidades, como o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Comandante do COP-COM, no sentido de esclarecer a situação política e de reaver as chaves do edifício. Passado cerca de um mês foi possível alcançar esse objectivo junto do então Ministério do Trabalho. Passada esta fase conturbada, a nova direcção encetou um caminho de reformas na instituição que passou, entre outros aspectos, pela alteração da sua designação social. Em 1975, a União dos Grémios passou a União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, nome que manteve até 2001, quando mudou para a actual designação de União de Associações do Comércio e Serviços (UACS).





## *Pedro José Del Negro Feist*

Pedro Feist começou a sua actividade profissional na firma Chaves & Feist, um negócio de família que pertencia ao seu pai. Mais tarde, criou uma nova empresa, a Sociedade de Representações Concentra. Esta foi a empresa fundadora do Grupo Feist que por sua vez, se tornou o maior distribuidor de brinquedos em Portugal.

Pedro Feist ocupou vários cargos políticos e partidários. Como militante fundador do CDS-PP, foi membro da Comissão Política e Directiva do Partido, Presidente do Congresso, Presidente do Conselho Nacional e Secretário Geral do Partido Democrata Cristão. Ocupou também o cargo de deputado da Assembleia da República na VII Legislatura.

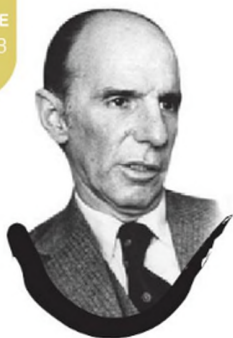
Pedro Feist ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Lisboa em exercício durante 3 anos por impedimento do Presidente eleito, Nuno Abecassis. Foi também vice-Presidente da CML durante 14 anos. Como vereador foi o

responsável por diversas áreas: Abastecimento e Consumo, Direcção dos Serviços de Salubridade e Transportes, Direcção dos Serviços Eléctricos, Serviços de Finanças e Contabilidade e Serviço de Protocolo e Almojarifado. Criou também o Pelouro do Desporto e o NIPRED, o Serviço de Apoio de Integração ao Deficiente.

Ocupou ainda vários cargos associativos relacionados com a economia e o comércio. De 1974 a 1998, foi membro do Conselho Económico e Social e do Conselho de Concertação Social. Foi também Presidente da Federação do Comércio Grossista Português e Presidente e Vice-Presidente da Confederação do Comércio Português. Pedro Feist ocupou também o cargo de Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Andebol durante mais de duas décadas.

Foi agraciado com a Ordem de Mérito e com várias condecorações políticas e desportivas.

SERVIU ENTRE  
1980 & 1983



## *António José Alves Barata*

António José Alves Barata nasceu a 13 de Dezembro de 1924. É proprietário da empresa Concessus, sociedade de apetrechamento técnico e científico, uma empresa ligada ao equipamento médico hospitalar.

António Barata ocupou vários cargos associativos e políticos. Foi representante do comércio português na Comissão Consultiva da EFTA em Nova Iorque e Visby por várias ocasiões, nomeadamente, de 1966 a 1968 e em 1987. Continuou ligado a cargos internacionais. Foi membro do Comité Económico e Social da CEE entre 1985-1986 e membro da Commission Européenne du Commerce et Distribution entre 1986 e 1988.

Em Portugal, foi Presidente da Associação de Comerciantes de Equipamento Científico, membro da Comissão pró-Federação do Comércio Retalhista, Vice-Presidente da Federação do Comércio Retalhista Português e Presidente da Confederação do Comércio Português.

António Barata foi ainda membro do Conselho das Comunidades Portuguesas e do Conselho da Concertação Económico-Social entre os anos de 1984 e 1988.

Foi agraciado com várias distinções, como a medalha de Mérito do Export Council nos Estados Unidos, em 1972, a medalha de Mérito Industrial Presidente Nixon, em 1973, bem como com o primeiro Caduceu de Ouro da UACS.



## *António Ennes da Lage Raposo*

Nasceu em Lisboa a 24 de Maio de 1936. É Engenheiro Agrónomo, tendo tirado o curso no Instituto Superior de Agronomia. Depois de completar os estudos superiores, foi técnico da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar, técnico do Instituto Nacional de Investigação Industrial e também docente no Instituto Superior de Agronomia.

António Ennes Raposo foi sócio gerente da Casa de Pneus e de várias outras empresas, tais como a Plural, Lda., a Movifil, Lda. e a Trendy, Lda. Para além de uma actividade profissional e comercial preenchida, ocupou vários cargos de cariz associativo e social. Foi Presidente da Cáritas em 1976. Nesta função foi responsável pelo apoio aos retornados das antigas colónias africanas. Foi também



Presidente do Conselho Fiscal e Presidente da Direcção da Associação dos Comerciantes de Máquinas e Acessórios do Distrito de Lisboa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação do Comércio Retalhista e Vice-Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal. Devido aos cargos ocupados nesta última, foi também membro do Conselho Económico e Social Português e representante da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal em Bruxelas no Conselho do Comércio.

Na UACS foi detentor de um mandato de vogal da Direcção, foi Presidente da Assembleia Geral durante dois mandatos e ainda Presidente da Direcção entre os anos de 1984 a 1987.

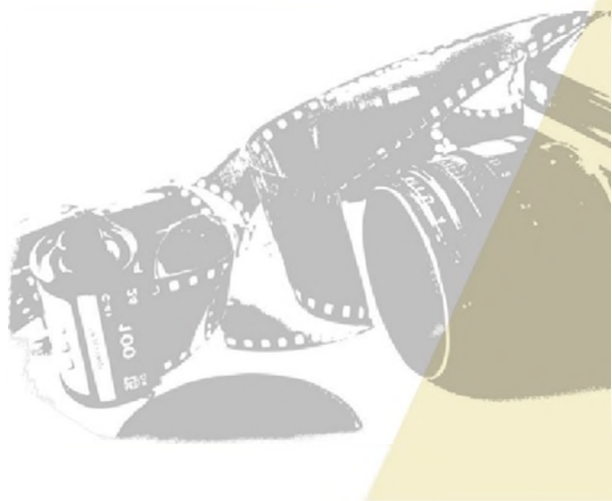
SERVIU ENTRE  
1988 & 1989  
E DEPOIS ENTRE  
1994 & 2001



## *José Ferreira de Matos*

José Ferreira Matos nasceu em Águeda em 1949. Fez o Curso Geral de Administração e Comércio, tendo criado a sua primeira sociedade em 1977 com uma empresa de fotografia. Formou outras empresas no mesmo ramo de actividade, entre as quais a Instanta, Lda. Mantém vários estabelecimentos na zona de Cascais, Lisboa, Oeiras e Odivelas. Foi também o criador da Fotovisão, a Feira Anual da Fotografia Cinema e Vídeo.

Durante o seu mandato como Presidente da Direcção da União das Associações dos Comerciantes do Distrito de Lisboa, criou em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa a Escola de Comércio de Lisboa e o Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo. No seu segundo mandato reeditou a revista *Comércio de Lisboa*, herdeira do



antigo *Boletim da Associação dos Lojistas*, sendo também seu director.

Teve uma actividade cívica e política bastante intensa, especialmente ao nível da administração local, sendo deputado na Assembleia Municipal de Oeiras de 1993 a 2001. Foi vereador da Câmara Municipal de Oeiras entre 2001 e 2005 e Presidente do Conselho Fiscal da Fundação Marquês de Pombal de 2000 a 2006. Foi também presidente do Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras entre 2003 e 2006.

Actualmente (2016) é Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UACS.



*Luís Fernando Godinho  
Saraiva*

Luís Saraiva nasceu em Lisboa em 1945. Frequentou o Instituto Superior de Economia, onde concluiu a licenciatura em Gestão em 1973. Fez ainda uma pós-graduação em Gestão Bancária Avançada, em 1998, pelo Instituto de Gestão Bancária da Universidade Católica.

Entre 1975 e 2004 foi sócio gerente da firma Luiz Godinho Lda., empresa originalmente de comércio de aprestos marítimos fundada em Lisboa em 1917 e que ainda hoje é gerida pela mesma família. Ao mesmo tempo ocupou cargos no sector bancário, nomeadamente, como quadro técnico e de direcção no Banco Totta & Açores, entre 1983 e 2001, e quadro de direcção no Crédito Predial Português e no Banco Pinto & Sotto Mayor, entre 1996 e 2001.

Em representação da firma Luiz Godinho, Lda. entrou como sócio da União de Associações do Comércio e Serviços em 1974. Aqui desenvolveu



uma profícua actividade associativa, com o desempenho de vários cargos na Direcção, Conselho Fiscal e Assembleia Geral. Foi ainda presidente da Associação dos Comerciantes de Aprestos Marítimos, Corderoaria e Sacaria de Lisboa, onde também fez parte do respectivo Conselho Fiscal e da Assembleia Geral. Na UACS, entre outras realizações, desenvolveu trabalhos na área da medicina do trabalho, no apoio financeiro aos associados e na modernização da área administrativa.

A Confederação do Comércio e Serviços de Portugal contou igualmente com o seu contributo, tendo ocupado o cargo de Vice-Presidente. No entanto, a vivência no associativismo não se fez somente através do sector profissional e foi ainda Presidente da Direcção e do Conselho Fiscal do Lisboa Ginásio Clube, Vice-Presidente da Federação de Ginástica de Portugal e Tesoureiro na Federação Portuguesa de Atletismo.



## *Fernando José Diogo Afonso*

Fernando José Afonso nasceu a 10 de Novembro de 1943. Fez o Curso Geral do Comércio e o serviço militar durante a década de 60. Iniciou a sua actividade profissional em 1956 na empresa Jorge M. Rodrigues, Lda., com apenas 13 anos. Mais tarde, tornar-se-ia gerente da mesma empresa.

Foi Presidente da Direcção da Associação dos Comerciantes de Adornos e Utilidades do Distrito de Lisboa (ACAU), assim como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Presidente do Conselho Fiscal e Vogal e Secretário da Direcção. Durante a sua presidência na ACAU, organizou a EXPOMÚSICA, uma Exposição e Promoção dos Comerciantes de Instrumentos Musicais.

Fez parte das Comissões que estavam encarregadas de negociar a Contratação Colectiva desde o 25 de Abril de 1974. Em 2007 assinou em nome da UACS o Contrato Colectivo de Trabalho entre o sector do comércio e os respectivos sindicatos.

Integrou a Direcção da União das Associações dos Comerciantes do Distrito de Lisboa nos anos 80. Durante este período fez parte da Comissão de Distribuição de Fundos aos Comerciantes e outros afectados com o incêndio do Chiado e também integrou as Comissões de Estudos sobre o Projecto de Remodelação do Martim Moniz.

Fernando José Diogo integrou também a Direcção do Lisboa Ginásio Clube, tendo nele ocupado diversos cargos, chegando a Presidente da Direcção em 1999.





## *Vasco Linhares de Lima Alvares de Mello*

Vasco de Mello nasceu no Estoril a 26 de Março de 1968. Licenciou-se em História e Direito na Universidade Autónoma, fazendo uma pós-graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Vasco de Mello é o actual representante da casa Campião & CIA, registada como sócia da ACLL desde 1908, na altura com a designação José Dias & Dias, situada na Rua do Amparo.

Ao longo dos anos exerceu vários cargos associativos e políticos. Foi Vice-Presidente da Direcção da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Membro da Comissão Permanente da Concertação Social, Membro do Conselho Económico e Social, Membro da Direcção do Eurocommerce, Membro Comissão de Acompanhamento do Mercado do Arrendamento Urbano e Vice-Presidente da Direcção da Associação de Dinamização da Baixa Pombalina.



Como Presidente da Direcção da União das Associações do Comércio e Serviços, entre 2008 e 2010, participou, entre outras, nas negociações do regulamento de taxas com a Câmara Municipal de Lisboa, conseguindo evitar o aumento dos valores cobrados aos comerciantes, em especial, nos mercados municipais.

Vasco de Mello foi ainda Vice-Presidente da Direcção da UACS no mandato de 2005 a 2007 e ocupou também o cargo de Presidente da Direcção da Associação Nacional de Empresas de Lotaria e de Outros Jogos de Aposta (ANELOJA).

SERVIU EM  
2002  
E DEPOIS ENTRE  
2011 & 2016



### *Carla Cristina Hipólito de Sá Salsinha*

Carla Salsinha nasceu em Luanda em 1969. Estudou na Universidade Lusíada, onde concluiu uma Licenciatura em Economia, tendo depois obtido uma Pós-Graduação em Fiscalidade pela Universidade Católica e um MBA em Gestão Estratégica da Internacionalização de Empresas pelo ISCTE. Pertence à Ordem dos Economistas.

Fez um estágio profissional na Dossdin, empresa da área da gestão de investimentos, exercendo actualmente funções de gestão na empresa Eugénia Maria e Filhos, Lda., firma com actividade em Lisboa na área das confecções e modas. Entre 2000 e 2006 foi Presidente da Direcção da Associação Comercial de Moda, sucessora da Associação dos Comerciantes de Vestuário, Calçado e Artigos de Pele do Distrito de Lisboa, uma filiada da União de Associações do Comércio e Serviços.

Nesta última, Carla Salsinha exerceu por duas vezes o cargo de Presidente da Direcção, primeiro em 2002 e novamente de 2011 a 2016. Entre

outras realizações, a sua Direcção empenhou-se na valorização da História e memória da UACS, bem como na colaboração no programa “Lojas com História”, da Câmara Municipal de Lisboa, apresentado em Outubro de 2015. Outra área de actuação relevante foi a da questão da alteração da lei do arrendamento, para defesa dos interesses do comércio tradicional.

Em representação da UACS é membro da Direcção da Associação de Turismo de Lisboa desde 2011.

Para além dos cargos exercidos na UACS, Carla Salsinha colabora igualmente noutros projectos associativos e de solidariedade social, com destaque para a “Obra Padre Gregório”, que se dedica ao acolhimento e acompanhamento de crianças e jovens necessitados em Sintra. Nesta exerceu os cargos de Vogal da Direcção, entre 2010 e 2012, bem como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, entre 2013 e 2015.



# FONTES & BIBLIOGRAFIA

- ▶ Alves, Daniel. *A República atrás do balcão: os Lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*. Chamusca: Edições Cosmos, 2012.
- ▶ Anjos, Maria Cristina de Carvalho. 'O turismo no eixo costeiro Estoril - Cascais (1929-1939): equipamentos, eventos e promoção do destino'. Doutorado, Universidade de Lisboa, 2013.
- ▶ 'Assembleias Eleitorais Monárquicas', Arquivo Histórico Parlamentar.
- ▶ Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. *Livro de Matrícula dos Sócios (1894 a 1918)*.
- ▶ Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. *Boletim da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*.
- ▶ Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. *O Comércio Português. Boletim Da Associação Comercial de Lojistas de Lisboa*.
- ▶ Associação Comercial de Lojistas de Lisboa. *Relatórios da Gerência e Parecer do Conselho Fiscal*.
- ▶ 'Chancelaria Das Ordens Honoríficas', Arquivo Histórico da Presidência da República.
- ▶ *Commercio e Industria, Folha Ilustrada com Retratos e Biographias*.
- ▶ Costa, Mário. *O Chiado pitoresco e elegante: história, figuras, usos e costumes*. Lisboa: Gráfica Santelmo, 1965.
- ▶ *Diário da República*.
- ▶ *Diário do Governo*.
- ▶ Fernandes, José Manuel e Maria João Janeiro, eds. *Lisboa em movimento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.
- ▶ Ferreira, José Medeiros. *Portugal em transe (1974-1985)*. História de Portugal, VIII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- ▶ França, José Augusto. *História Física e Moral de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- ▶ Garcia, Rita. *Os que vieram de África*. Lisboa: Oficina do Livro, 2012.
- ▶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1978.
- ▶ *Inquéritos aos Presidentes de Direcção da União de Associações de Comércio e Serviços*.
- ▶ *Jornal Diário de Notícias*.
- ▶ *Jornal Mundo*.
- ▶ *Jornal O Século*.
- ▶ Mônica, Maria Filomena e Pedro Tavares de Almeida, eds. *Dicionário biográfico parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Assembleia da República, 2004.
- ▶ Neves, António Oliveira das, ed. *Cadernos Sociedade e Trabalho: A OIT e a Igualdade de Género no Mundo do Trabalho*. Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, 2013.
- ▶ Nóvoa, António. *Dicionário de educadores portugueses*. Porto: Asa, 2003.
- ▶ Pinheiro, Magda. *Biografia de Lisboa*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.
- ▶ Pinto, António Costa e Manuel Braga da Cruz, eds. *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*. Lisboa: Assembleia da República, 2004.
- ▶ 'Portugal 1914-1918', 2013. <http://www.portugal1914.org/>.
- ▶ Ramos, Rui. *A Segunda Fundação (1890-1926)*. História de Portugal, VI. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- ▶ Relvas, Eunice. 'Eleições municipais em Lisboa na Primeira República (1910-1926)'. Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 2014.
- ▶ Ribeiro, Carla Patrícia Silva. 'O turismo e a projeção na vida nacional por António Ferro: o papel dos concursos'. *População e Sociedade*, no. 24 (2015): 93-115.
- ▶ Rollo, Maria Fernanda e Ana Paula Pires, eds. *Dicionário de história da 1 República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013.
- ▶ Rosas, Fernando. *Lisboa revolucionária, 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010.
- ▶ Rosas, Fernando. *O Estado Novo (1926-1974)*. História de Portugal, VII. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.
- ▶ Santos, Luís Aguiar. *Comércio e política na crise do liberalismo: a Associação Comercial de Lisboa e o reajustamento do regime protecionista português, 1885-1894*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.
- ▶ Santos, Maria do Rosário e Inês Morais Viegas, eds. *A evolução municipal de Lisboa: pelouros e vereações*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1996.
- ▶ Silva, Armando Malheiro da. *História de um caso político*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- ▶ Silva, José António Aranda da. *A Indústria Farmacêutica Em Portugal: Saber Investir, Saber Inovar, 75 Anos*. Lisboa: Apifarma, 2014.
- ▶ Vieira, Tiago Reis. 'A formação profissional de um propagandista-vendedor'. Universidade Cândido Mendes, 2011.





**UACS**

**União de Associações  
do Comércio e Serviços**

DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Rua Castilho n.º 14, 1269-076 Lisboa  
T.: +351 213 515 610 • F.: +351 213 520 907 • 910 304 741/2/3  
email: [uacs@uacs.pt](mailto:uacs@uacs.pt) • [www.uacs.pt](http://www.uacs.pt)